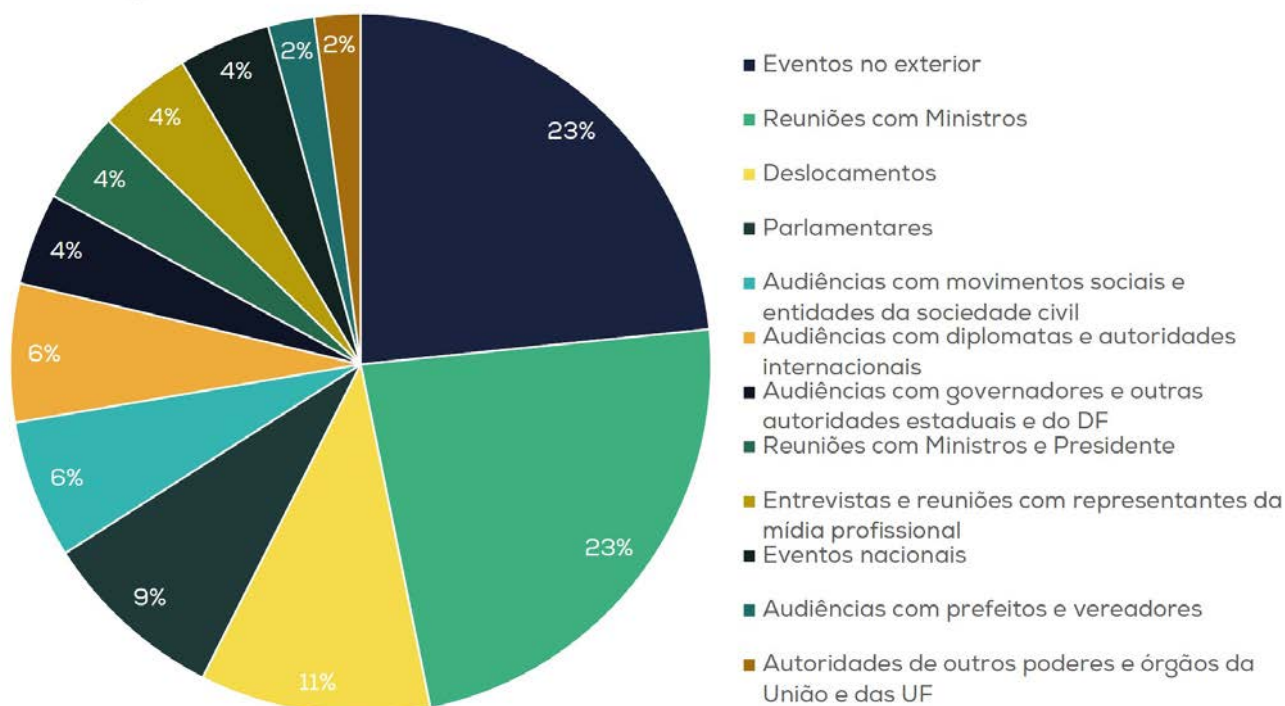


Recriação do Ministério da Segurança domina o debate político

Estatuto da Segurança Privada pode avançar no Senado após o fim do recesso

Na quarta-feira, 22/01, o Presidente Jair Bolsonaro recebeu pela manhã o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Anderson Torres. No mesmo dia, o Presidente voltou a se reunir com outros 20 secretários estaduais de segurança pública que apresentaram uma proposta de recriação do Ministério da Segurança Pública, extinto em janeiro de 2019.

Agenda oficial do Presidente da República, entre 20/01 e 26/01



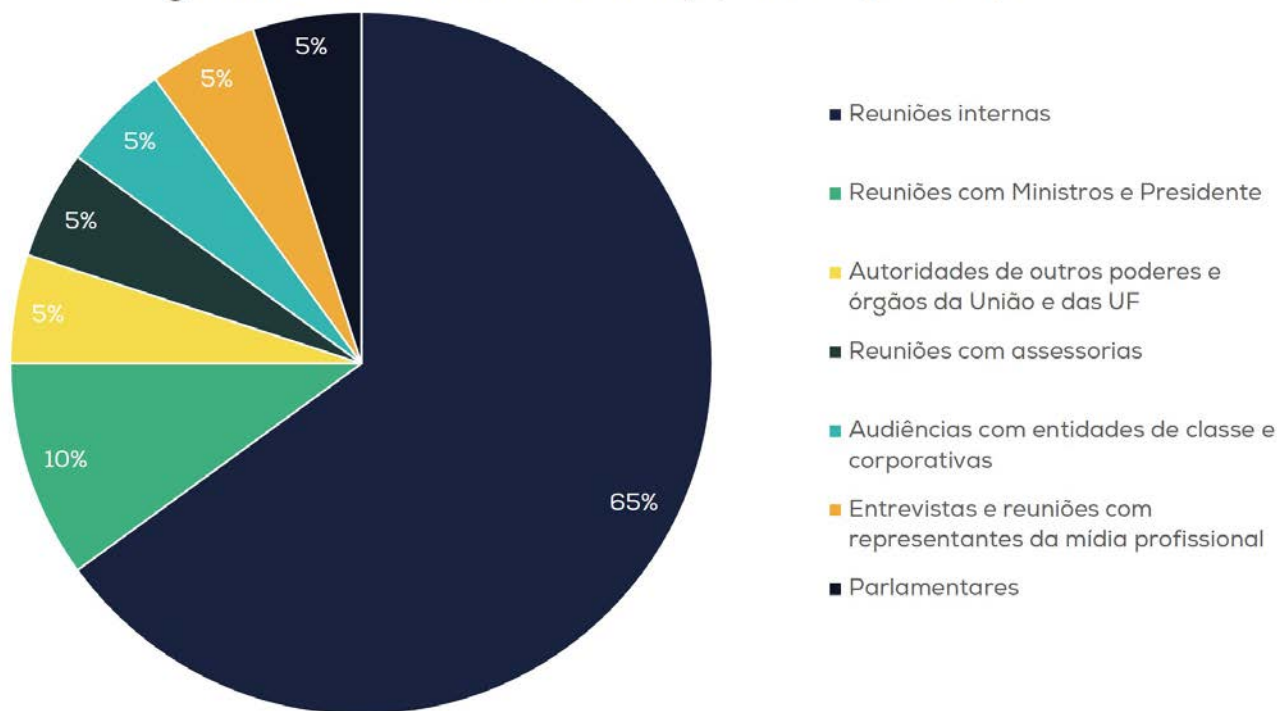
Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados divulgados pela Presidência da República.

O Ministro Sergio Moro se reuniu com o Grupo de Trabalho Cyber. O GT tem por objetivo elaborar o arcabouço institucional para a criação de uma entidade público-privada de prevenção e combate ao crime cibernético. Participam do grupo representantes da SENASP, DEPEN, SENAD, SENACON, SNJ, DPF e DPRF.

O Diretor do Departamento Penitenciário Nacional, Fabiano Bordignon, reuniu-se com o Vice-Governador e secretário de Justiça do Rio Grande do Sul, Ranolfo Vieira Júnior. Bordignon também presidiu a reunião dos Secretários estaduais de Justiça e Administração Penitenciária, que foram contra a recriação do Ministério da Segurança Pública.

A SENASP não divulgou a agenda do secretário.

Agenda oficial do Ministro da Justiça, entre 20/01 e 26/01



Fonte: Elaboração do Fonte Segura a partir de dados divulgados pelo Ministério da Justiça.

Legislativo

Apresentado em 2010 pelo então senador Marcelo Crivella, o Estatuto da Segurança Privada aguarda ser votado pelos senadores desde 2016 e pode avançar neste ano, com a retomada dos trabalhos legislativos, a partir do dia 3 de fevereiro. O projeto original (PLS 135/2010) foi aprovado pelos senadores em 2012, mas o texto passou por uma série de modificações de mérito na Câmara, que agora precisam ser analisadas pelos senadores. Originalmente, a proposta tratava apenas do piso nacional para os vigilantes, mas os deputados apresentaram mais de 100 emendas ao projeto, que passou a dispor também sobre a formação desses profissionais, o uso de armas e a atuação das empresas de segurança privada.

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados, numerado no Senado como Substitutivo (SCD) 6/2016, precisa do aval de quatro comissões, além do plenário do Senado, antes de ser remetido à sanção. Até o momento, apenas a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou a proposição, que ainda precisa ser analisada pelas comissões de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na CTFC, o relator do texto, senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), apresentou, no final do ano passado, parecer ao SCD 6/2016 acatando a maior parte das modificações feitas pela Câmara. O parecer do senador Randolfe foi pautado na última reunião da comissão em 2019, mas, como é costume, na época, os membros da comissão pediram vista à matéria, que deve retornar à pauta com a volta do recesso legislativo. Vale observar ainda que, como o projeto se iniciou no Senado, os senadores terão a palavra final sobre o texto aprovado. Assim, ele não precisará ser analisado novamente pelos deputados e após a manifestação das três comissões remanescentes e do plenário, o substitutivo seguirá direto para a sanção presidencial.

<https://backup.forumseguranca.org.br/movimentacao-politica/template-1-movimentacao-politica-559rv-5sh6t-ksois-hzpdb-9jmac-oybeg-jbpn-8se7r-x3j4c-xbtvs-yg7br-kfeh3-zkean-x5q3e-rebh6-9d9fm-sa3k2-njddz>

